

ASSOCIAÇÕES EMPRESARIAIS E AGRÍCOLAS ALERTAM PARA A IMINÊNCIA DE UMA CRISE ECONÓMICA E EXIGEM AO GOVERNO CONTROLO DOS PREÇOS!

Depois do atropelamento por um verdadeiro ‘comboio de tempestades’, a economia portuguesa, as Micro, Pequenas e Médias Empresas e a agricultura familiar podem ser agora abalroadas pelo aumento brutal dos combustíveis e o conseqüente agravamento dos preços das matérias-primas e de todos os serviços que influenciam a sua atividade.

E tudo indica que, tal como nos temporais de Janeiro e Fevereiro, também nesta crise que vem do Médio Oriente, após o ataque despropositado dos Estados Unidos e Israel ao Irão, ou que por ele é influenciada oportunisticamente pelos chamados mercados, o Governo Português poderá manter uma resposta assente em medidas insuficientes, sem impacto prático relevante na vida das empresas e das famílias, permitindo que os custos continuem a atingir níveis cada vez mais difíceis de suportar.

Perante este cenário, as Associações Empresariais e Agrícolas, recusam propaganda vazia e exigem, com firmeza, responsabilidade política e respostas imediatas por parte do Governo. As comunidades, as populações, os agricultores e o tecido empresarial não podem continuar a esperar.

Não há mais margem para adiamentos.

As Associações Empresariais e Agrícolas, exigem prioridade máxima e ação concreta nas seguintes medidas:

1. Controlo efectivo e urgente do mercado energético;
2. Fixação de preços que travem a especulação e protejam empresas e consumidores, reforçando a capacidade inspetiva do estado nos mercados dos bens alimentares, da energia e de outros fatores de produção;

3. Apoios financeiros do estado a fundo perdido às empresas e explorações agrícolas mais expostas ao agravamento dos preços dos combustíveis líquidos e do gás;
4. Alargamento imediato do acesso ao gasóleo profissional acompanhado de apoios significativamente reforçados, para todos os setores de transportes de mercadorias e passageiros, incluindo os táxis e tvde, e aumento do apoio ao gasóleo agrícola;
5. Devolução do aumento dos ganhos no valor do isp à economia e aos portugueses e eliminação da dupla tributação, reduzindo o valor de iva que incide sobre os combustíveis e garantindo que não incide iva sobre impostos;
6. Aceleração decisiva da transição energética, com medidas concretas que reduzam a dependência externa, reforcem a produção nacional de energia e protejam a economia de choques internacionais, reforçando as verbas disponíveis para as Micro, Pequenas e Médias Empresas, assim como para os particulares;
7. Apoios para colmatar o aumento dos custos dos fertilizantes e outros factores de produção, nomeadamente através da criação de um programa público de compras conjuntas destes produtos.

Estas Associações Empresariais e Agrícolas, alertam: **sem a aplicação célere e determinada destas medidas, o país caminha para uma crise económica profunda.** A história demonstra que a inação terá consequências graves, fragilizando o tecido empresarial, penalizando a coesão social, a soberania alimentar e comprometendo o futuro coletivo.

O momento exige que o Governo reponha justiça fiscal e económica, aplicando com urgência políticas que devolvam às empresas e às famílias o retorno legítimo do esforço que fazem todos os dias.

Seixal, 10 de Abril de 2026

Aprovado por Unanimidade pelas Organizações:



AFMRN - Associação de Feiras e Mercados Região Norte



ANMTVDE - Associação Nacional Movimento TVDE



Associação Nacional
dos Transportadores Rodoviários
em Automóveis Ligeiros

ANTRAL - Associação Nacional dos Transportes Rodoviários em Automóveis Ligeiros



APED - Associação Portuguesa de Empresários de Diversão



CNA - Confederação Nacional da Agricultura



CPPME - Confederação Portuguesa das Micro, Pequenas e Médias Empresas



FPT - Federação Portuguesa do Táxi



PORTUGAL T - Associação Nacional de Indústrias de Táxis e Serviços de Turismo

Deliberado a sua entrega ao Governo em audiência a solicitar-se ao senhor Ministro da Economia e Coesão Territorial.